



Índice

- 01 Audiência de índios acusados de matar três homens é adiada, no AM
- 02 Em aldeia no Rio, índios guarani mantêm sua própria língua
- 03 ÍNDIOS PRESOS DURANTE OPERAÇÃO MESCLADO CONFESSAM CRIMES
- 04 Povos do MA bloqueiam BR 316 contra PEC 215, que pode ser votada ainda hoje na Câmara
- 05 Governo do Brasil considera emenda à Constituição sobre terras indígenas
- 06 Relator apresenta texto que transfere demarcação de terras ao Congresso
- 07 Operação em área indígena de RR chega ao fim com quase 300 detidos
- 08 Manobra ruralista prorroga votação da PEC sobre terras indígenas
- 09 Para polícia, sumiço de indígena em área de conflito é 'factóide'
- 10 Operação Mesclado - PF e Ibama prendem 9 pessoas e lacram 22 madeiras por fraude em Rondônia
- 11 ASSISTÊNCIA: Ministério da Saúde comemora avanços na saúde indígena
- 12 Conflito entre indígenas Matis e Korubo resulta em mortes, no Amazonas
- 13 OAB Cidadã convida entidades a discutir ajuda a comunidade indígena de Palhoça
- 14 Diocese solidária ao povo indígena Maró
- 15 No dia dos direitos humanos, ruralistas fecham a Câmara dos Deputados para aprovar PEC que acaba com direitos indígenas



-
- 16** Protesto dos Krenak contra a Vale, na Estrada de Ferro Vitória a Minas, terminou no início da noite
 - 17** Fundação Palmares leva a Alagoas seminário sobre educação quilombola
 - 18** MPF pede redutores na 463 e indenização para indígenas
 - 19** AC: líder indígena é preso com euros e droga ao voltar da Europa
 - 20** Brasil pode perder 30% de suas línguas indígenas nos próximos 15 anos
 - 21** Protesto dos Krenak contra a Vale, na Estrada de Ferro Vitória a Minas
 - 22** Pedido de vista adia para próxima semana votação da PEC da demarcação de terras indígenas
 - 23** Nota pública sobre a prisão do Kaingang Ireni Franco
 - 24** Professores indígenas alagoanos participam da III Semana de Educação
 - 25** Aberto evento sobre debate de políticas públicas para quilombolas na Paraíba
 - 26** Ruralistas dão novo golpe em comissão da PEC 215; votação pode acontecer na semana que vem
 - 27** Base do Governo na Câmara aprova trabalho de Vereador da Oposição
 - 28** Brasil tem cinco línguas indígenas com mais de 10 mil falantes



Audiência de índios acusados de matar três homens é adiada, no AM

SÍTIO GLOBO.COM, 10.12.2014

*Novo juiz assumiu processo e adiou audiência que seria nesta semana.
Previsão é de que 1ª audiência ocorrerá em fevereiro de 2015.*

O Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM) adiou para fevereiro de 2015 a primeira audiência de instrução e julgamento dos seis índios da etnia Tenharim acusados de assassinar três homens que viajavam pela Rodovia Transamazônica (BR-230), no Sul do estado, em dezembro de 2013. As testemunhas de defesa, acusação e réus seriam ouvidos nesta quarta (10) e quinta-feira (11), em Humaitá, município distante 591 km de Manaus.

O processo tramita na 2ª Vara da Comarca de Humaitá. O juiz Jeferson Galvão de Melo, titular da 1ª Vara, estava respondendo pela 2ª Vara até novembro, onde ação criminal tramita. As testemunhas de defesa e acusação, além dos réus, seriam ouvidos na primeira audiência. Havia previsão de que algumas testemunhas seriam ouvidas por meio de carta precatória em Manaus e Porto Velho (RO). Entretanto, um novo magistrado assumiu a 2ª Vara e adiou a audiência prevista para esta semana.

Segundo o advogado Carlos Evaldo Terrinha, que representa as famílias das vítimas, o juiz que assumiu o caso verificou falhas técnicas no processo e decidiu nesta quarta-feira (10) adiar a audiência, que será redesignada para fevereiro no próximo ano. "A Funai [Fundação Nacional do Índio] não compareceu, não deu satisfação nenhuma e os cinco índios continuam presos na Delegacia de Lábrea", disse o advogado, sem especificar quais falhas foram identificadas.

O G1 procurou o juiz que assumiu o caso, mas ele não quis comentar ou prestar esclarecimentos por telefone.

Transferência

Em novembro, a Justiça determinou que os cinco índios da etnia Tenharim acusados de assassinar três homens fossem transferidos para a base Hi-Merimã da Funai. O local é usado como ponto de apoio para proteção de indígenas isolados. A decisão ainda não foi cumprida. Desde setembro, o grupo está preso em uma delegacia, no município de Lábrea, a 702 km de distância da capital.

Entenda o caso

Os assassinatos ocorreram em dezembro do ano passado, dentro de uma reserva da etnia Tenharim, situada às margens da Rodovia Transamazônica, em Humaitá. Cinco dos seis réus estão presos e afirmam que são inocentes. O sexto suspeito aguarda o julgamento em liberdade.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 222/ 2014

Brasília, 11 de dezembro de 2014.

Os indígenas são réus na ação criminal pelos assassinatos do vendedor Luciano Freire, do professor Stef Pinheiro de Souza e do funcionário da Eletrobras Amazonas Energia Aldeney Salvador. As três vítimas desapareceram no dia 16 de dezembro de 2013. Os corpos dos três foram encontrados em fevereiro deste ano durante uma operação de buscas pela área da Transamazônica.

A suspeita é de que os crimes tenham sido resposta à morte do cacique Ivan Tenharim, cujo corpo foi encontrado em um trecho da rodovia Transamazônica no dia 2 de dezembro do ano passado. Dois filhos do líder indígena estão presos por suposta participação nos assassinatos dos três homens. No inquérito, de acordo com o representante das famílias das vítimas, consta que os assassinatos foram definidos em uma pajelança - ritual místico realizado por um pajé indígena.

Em abril deste ano, o Ministério Público Federal (MPF) denunciou o grupo de índios por triplo homicídio duplamente qualificado, sendo que quatro indígenas também serão julgados por ocultação de cadáver.

Segundo o advogado Adelar Cupsinski, do Conselho Indigenista Missionário (CIM), que integra equipe de defesa dos indígenas, há falhas na investigação. Ele diz que as ameaças de morte supostamente recebidas por uma das vítimas não teria sido apurada.



Em aldeia no Rio, índios guarani mantêm sua própria língua

SÍTIO AGÊNCIA BRASIL, 10.12.2014



Em uma área de proteção ambiental, localizada a pouco mais de 50 quilômetros da cidade do Rio de Janeiro, um grupo de cerca de 60 pessoas mantém uma tradição milenar. Nesse lugar, em meio a casas de barro com teto de sapê e construções simples de madeira, o português quase nunca é ouvido.

A Aldeia Mata Verde Bonita, construída no início de 2013, no município de Maricá, abriga cerca de 20 famílias Guarani Mbyá, originárias de Paraty, no sul fluminense. No local, a língua franca é a variedade mbyá do guarani, um idioma indígena do tronco tupi-guarani, falado por milhares de indígenas (e até não indígenas) no Sul e no Centro-Oeste do Brasil e em países vizinhos, como a Bolívia e o Paraguai.

Das coisas mais simples, como pedir um objeto, até as mais elaboradas, como a prática de rituais e festas, tudo é feito por meio do guarani. "A gente só usa o português para fazer contato com o que a gente chama, na linguagem indígena, de juruá ou homens brancos. Usar o guarani é uma maneira que a gente achou de reforçar nossa raiz", afirma Darcy Tupã, uma das lideranças da aldeia.

Outra liderança da aldeia, Miguel Veramirim, diz que a primeira língua aprendida pelas crianças é o guarani. Apenas quando elas têm cinco ou seis anos, elas começam a aprender o português, seja por causa da televisão seja pelo contato com visitantes.

"A gente está muito perto da cidade. Se a gente estivesse na Amazônia, seria mais fácil [evitar o contato com o português]. Mas aqui perto da cidade, a gente tem que lidar com outra língua. Para quem mora perto da cidade, é importante saber falar a outra língua [o português] também. Mas ao mesmo tempo, é aí que mora o perigo de perder nossa língua", diz Veramirim, que também aprendeu a língua portuguesa por meio da televisão e do convívio com os juruás.

Além disso, segundo Veramirim, há palavras da língua portuguesa que tiveram que ser incorporadas ao léxico guarani porque não há correspondentes na língua indígena, como geladeira, papel, caneta e banheiro. "A gente tem que usar a língua portuguesa para se referir

CONT.



a palavras como 'banheiro'. Não adianta a gente inventar uma palavra, porque não existe. A gente não tinha essas coisas antigamente. Para artesanato, por exemplo, eu posso usar ajaka, na nossa própria língua, porque isso já existia [na nossa cultura]”, diz.

Por enquanto, as crianças não frequentam a escola. A ideia dos guaranis é trazer uma escola para dentro da aldeia, mas a unidade terá que ser diferente das demais unidades da rede pública, para se adequar às demandas da comunidade.

Para Tupã, a maior ameaça para a perda da língua e da identidade indígena como um todo é a perda da terra. “O grupo tem que estar estruturado em um lugar onde ele possa ter oportunidade e tranquilidade de preservar e praticar nossa cultura. Se a comunidade indígena não tiver uma área adequada, uma área saudável, acredito que ela não terá essa oportunidade de sempre usar sua língua materna, sua cultura e seus rituais”, diz.



ÍNDIOS PRESOS DURANTE OPERAÇÃO MESCLADO CONFESSAM CRIMES
SÍTIO RONDÔNIA AGORA, 10.12.2014

Os dois índios presos nesta quarta-feira durante a Operação Mesclado, confessaram participação no esquema de extração ilegal de madeira em Rondônia na Terra Indígena Mequéns, afirmou a Polícia Federal (PF). Eles não tiveram os nomes revelados e, juntamente com outros 8 acusados estão presos preventivamente. Há uma prisão temporária.

Em pelo menos 10 cidades do Estado foram cumpridos 66 mandados expedidos pela Justiça Federal de Ji-Paraná-RO. Além dos encarceramentos os 120 agentes federais realizaram 23 buscas e apreensão, 17 conduções coercitivas, 22 ordens de interrupção de atividades de empresas madeireiras, além de medidas de sequestros de bens imóveis avaliados no montante aproximado de R\$ 7 milhões e 500 mil

De acordo com a PF, a Organização Criminosa se beneficiava de extração ilícita de madeira da Terra Indígena Mequéns "esquentadas" por meio de fraudes em Planos de Manejos. O dano ambiental decorrente da extração ilegal das madeiras está calculado no valor aproximado de R\$ 500 milhões. O esquema contava com a conivência e participação de lideranças da Terra Indígena, em razão de se beneficiarem financeiramente com a extração de madeiras.

Durante as investigações foram identificados cinco núcleos dentro da Organização Criminosa, além das lideranças indígenas, sendo eles: laranjas, detentores dos planos de manejo, madeireiros, consultores ambientais, exploradores e transportadores de madeira.



Povos do MA bloqueiam BR 316 contra PEC 215, que pode ser votada ainda hoje na Câmara

SÍTIO CIMI, 10.12.2014

Contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215/2000, que - depois de manobra de deputados ruralistas - pode ser votada ainda hoje, às 18h na Câmara dos Deputados, cerca de 150 indígenas do povo Awá Guajá e Guajajara, no Maranhão, interditam desde a manhã dessa terça-feira (9) a rodovia BR-316, que corta a Terra Indígena Pindaré, perto do município de Bom Jardim.

Além da PEC 215, o grupo protesta contra o Projeto de Lei Complementar (s/n) do senador Romero Jucá que pretende regulamentar o Artigo 231 da Constituição Federal. Os ruralistas interessados na aprovação das propostas pressionam para que sejam votadas ainda este ano, pois em 2015 teriam que ser criadas novas Comissões para análise das matérias, que restringem drasticamente os direitos de povos indígenas sobre suas terras. [Leia mais aqui](#)

"Estamos bloqueando a BR desde ontem para que desistam dessas propostas", diz Flauberth Guajajara. "Essa PEC 215 não faz sentido. Já temos a Funai para tratar da demarcação de terras, ela só precisa ser fortalecida. Se deixarmos nas mãos do Congresso a demarcação, aí é que não teremos nossos territórios".

As propostas seriam votadas nessa terça e quarta-feira (10) e foram adiadas para o dia 16, próxima terça-feira, tanto na Câmara dos Deputados como no Senado. Entretanto, uma manobra de deputados ruralistas fez com que a votação da PEC 215 entrasse na pauta da Câmara ainda hoje, às 18h, onde será analisada por Comissão Especial. Flauberth Guajajara ressalta que os povos indígenas estarão mobilizados contra as proposições ruralistas. "Vamos continuar protestando contra esses ataques aos nossos direitos. Os povos do Brasil estão unidos e toda a população brasileira está convidada a dizer não aos ruralistas que querem acabar com os povos indígenas".



Governo do Brasil considera emenda à Constituição sobre terras indígenas

SÍTIO VOZ DA RÚSSIA, 10.12.2014

Vocês se lembram daquela epopeia do "Guarani Kaiowá" em cada primeira postagem no Facebook? Pode se preparar para uma nova onda. O governo do Brasil votará, em breve, uma emenda à Constituição que sugere a possibilidade de exploração de recursos minerais e energéticos em terras indígenas demarcadas.

Trata-se de uma emenda ao artigo 231 da lei, que é o primeiro artigo do capítulo VIII, que trata "Dos índios". A emenda é assim, conforme a cita o Diário do ABC: "[...] aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional".

Já o original diz assim, parágrafo 2º do mesmo artigo: "As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes". "Uso exclusivo" pelos índios das riquezas das suas terras cria um pouco a sensação de eles deterem uma parte dos recursos terrestres do Brasil sem compartilhar com o Brasil. Doutro lado, se o Brasil foi tão generoso como para conceder partes do seu território a povos que não reconhecem na integridade a civilização contemporânea, seria lógico se essas partes continuem sendo uma espécie de micro-Estados.

A proposta vem na época da crise hídrica no país, com vários dos principais sistemas de abastecimento de água funcionando a ponto de não aguentar mais.

Antes, já tinha a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215, do ano 2000, que será examinada de novo em breve por uma Comissão Especial. A PEC 215 queria munir o Congresso Nacional de poderes para aprovar demarcações de terras indígenas e ratificar as demarcações já homologadas pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Também a questão da energia elétrica entra em jogo. Para satisfazer todas as necessidades crescentes do país, mais hidrelétricas são precisas. E onde construir hidrelétricas senão na região Amazônica?

Perigos e benefícios

Segundo as normas vigentes, a construção de usinas na Amazônia (por exemplo) só pode ser realizada se não houver prejuízo aos povos indígenas que lá habitam. Mas há discussões que visam regulamentar o artigo 231 para tornar possível a construção e prospecção nessas regiões sempre (oficialmente) que haja uma compensação aos índios, o exemplo mais corrente sendo royalties.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 222/ 2014

Brasília, 11 de dezembro de 2014.

Ou seja, uma compensação para uma produção nociva. É difícil que surta algum efeito de aprovação entre os índios. O caso de Belo Monte mostrou que o índio é uma potência nacional e precisa ser respeitado. A questão dos índios é sensível no Brasil. E não é rara a confrontação entre os interesses dos indígenas e do negócio.

Desta vez também, as lideranças indígenas demonstraram forte repúdio à iniciativa legal. Segundo eles, se for aprovada, iria tirar-lhes o que lhes resta de suas terras. E segundo os representantes do negócio, se não for aprovada, será preciso procurar novas opções de desenvolvimento.

E na verdade, é isso, eu acho. Os índios, em um sentido, favorecem o progresso, fazendo os políticos e o negócio pensar bem antes de pegar a primeira opção à vista e buscar soluções mais responsáveis.



Relator apresenta texto que transfere demarcação de terras ao Congresso

SÍTIO BEM PARANÁ, 10.12.2014

MÁRCIO FALCÃO BRASÍLIA, DF - Em meio a tumulto e troca de empurrões com a Polícia Legislativa, um grupo de 20 índios tentou impedir na noite desta quarta-feira (20) a análise de uma proposta polêmica em discussão na Câmara dos Deputados que transfere para o Congresso a palavra final sobre a demarcação de terras indígenas. Apesar do protesto de representantes de várias etnias e de parlamentares ambientalistas, o deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR) apresentou seu relatório, mas um pedido de vista suspendeu a votação.

A bancada ruralista vai tentar aprovar o texto na próxima semana. Se for confirmado na comissão, o texto, no entanto, só será analisado no plenário da Câmara pelo novo Congresso, uma vez que os parlamentares entram em recesso no dia 23. Na futura composição, a bancada ruralista será ampliada para 260 deputados --atualmente tem 224 parlamentares. O parecer do peemedebista prevê que a demarcação das terras indígenas seja feita por lei aprovada no Congresso Nacional, e não mais por meio de decreto do Poder Executivo.

Com isso, a demarcação será feita por meio de lei de iniciativa privativa do presidente da República. Caberá ao Executivo executar os levantamentos e estudos antropológicos, a respectiva identificação da etnia a ser beneficiada, e propor, por meio de projeto de lei, a delimitação da área indígena. O Congresso deliberará sobre a proposta. Pelo projeto, se for sancionada a lei, o Executivo deverá demarcar administrativamente a área, por meio da fixação de marcos limítrofes. Atualmente, o processo de demarcação é realizado pela Funai (Fundação Nacional do Índio), antes da palavra final do Planalto.

O governo é contra repassar para o Legislativo a definição dessas áreas. A proposta é uma ofensiva dos ruralistas contra a fundação, que é acusada de fraudar laudos e inflar conflitos entre índios e produtores. O parecer de Serraglio flexibilizou a proposta original da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) que inclui a demarcação de terras indígenas entre as atribuições exclusivas do Congresso. A Constituição estabelece que são terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

O substitutivo deixa claro que serão consideradas terras dos índios apenas aqueles que atendiam a esses requisitos simultaneamente em 5 de outubro de 1988. INDENIZAÇÃO O parecer do peemedebista também obriga o governo a indenizar os produtores. O texto modifica o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, determinando que, se a União não cumprir o dever de demarcar as terras indígenas no prazo constitucional previsto, terá de indenizar o proprietário das terras demarcadas. O Ato das Disposições Transitórias estabelece que a União concluirá a demarcação das terras indígenas no prazo de cinco anos a partir da promulgação da Constituição.

Operação em área indígena de RR chega ao fim com quase 300 detidos

SÍTIO GLOBO.COM, 10.12.2014

*Canoas, ouro, dinheiro e drogas são encontrados em posse de garimpeiros.
Operação 'Korekorema II' foi encerrada, mas monitoramento continuará.*



Canoa de 12 metros utilizada por garimpeiros foi apreendida
(Foto: Marcelo Marques/G1 RR)

A operação 'Korekorema II', que visa combater a permanência de garimpeiros na reserva indígena Yanomami, apreendeu canoas, armas, munições, drogas, ouro e dinheiro que estavam em posse de pessoas presas durante a ação. A informação foi repassada ao G1 nesta quarta-feira (10) pelo major Arcanjo, da Companhia Independente de Policiamento Ambiental (Cipa), quando foi anunciado o encerramento da operação. Cerca de 300 garimpeiros foram retirados da área indígena.

"Mais de 100 balas de espingarda, R\$ 1.200, 728 gramas de ouro, dólares guianenses, uma arma de calibre 16, quatro canoas de 12 metros que suportam até cinco toneladas e 100 gramas de cocaína foram apreendidos. Todo esse material foi encontrado com os garimpeiros e apresentado à Polícia Federal", afirmou o policial, citando ainda a apreensão de 15 motores de popas, que foram doados aos índios Yanomami, e mais cinco que foram trazidos para Boa Vista.

Pontos de exploração de garimpo foram desativados (Foto: Reprodução/ TV Roraima) Pontos de exploração de garimpo foram desativados (Foto: Reprodução/TV Roraima)

De acordo com o major, mais de 300 garimpeiros foram detidos e retirados da área indígena Waicais na operação 'Korekorema II'.

"Esses homens estavam em uma região onde vivem cerca de 80 índios da etnia Yanomami. Destruímos ainda 38 balsas. Eu, pessoalmente, fiz o sobrevoo e foi verificado que está tudo limpo na reserva, sem a presença de barracos de garimpeiros há pelo menos uns três meses porque quebramos a logística deles", comentou Arcanjo.

CONT.



O major disse que pouco mais de 100 homens foram levados para a Polícia Federal e outros foram liberados em Boa Vista, devido a uma 'questão humanitária'. "Alguns não tinham materialidade como equipamentos de garimpo ou armas, por isso, não foram presos. Os que foram levados à PF, foram soltos", explicou.

O efetivo da operação contou com 40 homens, entre policiais do Bope, da Cipa e servidores da Fundação Nacional do Índio (Funai).

Número de garimpeiros chega a 3 mil

Para João Catalano, coordenador da Frente de Proteção Etnoambiental Yanomami e Ye'kuana, da Funai, atualmente há três mil garimpeiros em atividade em outras regiões da reserva indígena Yanomami.

"A terra Yanomami sofre uma 'nova corrida do ouro'. A prova disso é o número altíssimo de garimpeiros detidos. Muitos vêm de São Paulo, Pará, Amazonas, Maranhão, Rio de Janeiro, Paraíba. Havia poucos roraimenses. Há um novo eldorado ressurgindo e a 'síndrome fofoca do garimpo' está aumentando em outros estados", analisou Catalano.

Há a preocupação por parte da Funai em relação ao aumento de garimpeiros vindos para Roraima. De acordo com Catalano, no auge do garimpo no estado, quando era liberado, 30% da etnia Yanomami foram dizimados.

"Havia oito mil indígenas e 40 mil garimpeiros à época. Há ainda o aliciamento de índios para trabalharem de forma ilegal e também a exploração sexual de crianças indígenas. Temos a questão da mortalidade infantil que chega a 113% e é a maior do Brasil, esse índice se compara ao da África subsaariana", pontuou.

Catalano destacou que essa fase da operação 'Korekorema II' está encerrada, mas o monitoramento das áreas indígenas continuará sendo feito. "Se for indentificada alguma atividade de garimpo nesses locais que a operação esteve, vamos entrar em ação de novo. E os garimpeiros e os investidores dessa atividade ilegal têm de ficar atentos", alertou.

Operação

Iniciada no dia 27 de novembro, a 'Korekorema II' é a continuação de uma operação de mesmo nome desencadeada no início deste ano. Antes de iniciar a ação, membros da Funai fizeram um sobrevoo pela região no dia 18 do mesmo mês e constataram a prática da atividade ilegal.



Manobra ruralista prorroga votação da PEC sobre terras indígenas

SÍTIO DIÁRIO CATARINENSE, 10.12.2014

Proposta sugere a retirada do poder de demarcar reservas das mãos do Executivo, transferindo para o Legislativo

Após quase três horas de uma sessão turbulenta, a Comissão Especial criada para apreciar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC 215) que muda a lei de demarcação de terras indígenas, terminou uma vitória regimental da bancada ruralista.

O deputado Nelson Markezelli (PTB-SP) pediu vistas da PEC após os ruralistas conseguirem aprovar a ata da sessão anterior, resumindo o relatório do deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR).

O texto de Serraglio sugere a retirada do poder de demarcar reservas indígenas das mãos do Executivo, transferindo para o Legislativo. O parlamentar também propõe que uma ratificação pelo Congresso de demarcações já realizadas.

Com a manobra, os ruralistas conseguiram evitar que o texto entrasse em votação nesta noite sem o quórum suficiente para a votação do projeto final - como os opositores da PEC 215 queriam para derrubar a proposta.

Agora, segundo Markezelli, será possível retomar a discussão na próxima terça-feira com a possibilidade do relatório não ser lido em plenário. Isso é possível por meio de uma brecha regimental que permite levar à apreciação um requerimento dispensando a leitura e, conseqüentemente, o uso da palavra pela oposição para obstruir a sessão.

A sessão desta quarta-feira foi bastante tumultuada, com ruralistas e indigenistas se enfrentando tanto no plenário da comissão quanto nos corredores da Câmara, depois que o presidente da sessão, deputado Nilson Leitão (PSDB-MT), decidiu proibir a entrada de representantes indígenas.

Houve confronto entre índios e a Polícia Legislativa. O deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ) negociou a entrada de alguns líderes indígenas na comissão com Leitão, que autorizou a entrada. O restante ficou do lado de fora.

Há exatamente uma semana, Leitão subiu na galeria da Câmara para apoiar manifestantes que estavam sendo expulsos por decisão do presidente do Congresso, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), durante a votação da flexibilização do superávit primário.

O deputado argumentou que as situações eram "diferentes". Ele foi contestado por colegas em plenário. "Vários dos convidados para a audiência estão impedidos de entrar aqui hoje. É patético isso. Nem no corredor puderam ficar, foram sendo empurrados como na colonização, para fora da Casa do Povo", criticou Chico Alencar (PSOL-RJ).



Para polícia, sumiço de indígena em área de conflito é 'factóide'
SÍTIO GLOBO.COM, 10.12.2014

*Funai está em Caarapó mediar conflito entre índios e fazendeiros.
Polícia Civil diz que indígenas armados, mas que não há conflito.*

A Fundação Nacional do Índio (Funai) acompanha investigações sobre denúncias de violência por parte de indígenas que ocuparam uma fazenda em Caarapó, a 264 km de Campo Grande. Em nota, a Funai informou ao G1 que agentes do órgão foram ao local nessa terça-feira (9) para mediar os conflitos denunciados pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

Em nota divulgada no site do Cimi, na terça-feira (9), o órgão informou que uma adolescente de 17 anos estaria desaparecida após um conflito com fazendeiros da região.

O delegado Benjamin Lax, de Caarapó, disse ao G1 que há cerca de 20 indígenas na região e que duas barracas foram montadas, mas que não há conflito entre o grupo e os produtores rurais. "Não existe cerco, não há feridos. Eles estão armados, mas não existe enfrentamento", disse. Conforme o delegado, a informação do desaparecimento da indígena é "factóide", já que não foi registrado nenhum boletim de ocorrência sobre o caso na delegacia.

Segundo a Funai, o órgão está, em conjunto com agentes do Departamento da Polícia Federal (PF), apurando os acontecimentos na proximidade da terra indígena Caarapó.

Emboscada

Dois produtores rurais, de 51 e 56 anos, denunciaram à Polícia Civil que foram vítimas de uma emboscada por um grupo de indígenas no município. A região foi ocupada por um grupo com cerca de 50 índios da etnia Guarany-Kaiwá na madrugada do último domingo (7), segundo nota publicada no site do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) na terça-feira.

Segundo o boletim de ocorrência, os fazendeiros disseram que foram recebidos com tiros pelos indígenas, que estavam armados com arco e flecha e espingardas. Ninguém ficou ferido. Ainda conforme o boletim de ocorrência, as propriedades ficam na divisa com a aldeia Tey Kuê.

Consta também no registro policial que indígenas vizinhos à aldeia relataram aos fazendeiros que os ocupantes da área não são da aldeia. O caso foi registrado como preservação de direito e porte ilegal de arma de fogo de uso permitido. Um vídeo que mostra o ataque aos fazendeiros foi entregue à polícia.

A publicação do Cimi afirma que, na ocasião, cerca de 300 indígenas retomaram parte da terra que consideram ser tradicional, motivados pelo desmatamento em uma usina sucroalcooleira na região.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 222/ 2014

Brasília, 11 de dezembro de 2014.

Antes da ocupação, os indígenas estavam na aldeia Tey Kuê, em Caarapó. No mesmo dia, produtores rurais da região denunciaram à Polícia Civil que sofreram uma emboscada ao passar pelo local da ocupação para checar a situação da propriedade.



Operação Mesclado - PF e Ibama prendem 9 pessoas e lacram 22 madeireiras por fraude em Rondônia

SÍTIO JUSTIÇA EM FOCO, 10.12.2014

Policiais federais e agentes do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) prenderam nove pessoas e lacraram 22 madeireiras em Rondônia. A ação faz parte da chamada Operação Mesclado, deflagrada hoje (10) para combater a extração ilegal de madeira do interior da Terra Indígena Mequéns, próxima à cidade de Pimenta Bueno, na região sul do estado.

De acordo com a PF, os envolvidos no esquema são acusados de fraudar planos de manejo e falsificar documentos para esconder a origem ilícita da madeira. A PF afirma que, além de madeireiros, consultores ambientais, transportadores e "laranjas", o esquema contava com a "conivência" das lideranças indígenas locais. A estimativa é que o grupo tenha movimentado cerca de R\$ 500 milhões.

As diligências ainda não foram encerradas. No total, a Justiça Federal expediu 66 mandados judiciais que estão sendo cumpridos em dez municípios da região. Dos dez mandados de prisão preventiva, apenas dois não haviam sido cumpridos até as 14h30 (horário de Brasília), porque os investigados não tinham sido localizados. Pelo mesmo motivo, três dos 17 mandados de condução coercitiva (quando o investigado é conduzido para prestar depoimento e liberado em seguida) também continuavam pendentes.

No mesmo período, o único mandado judicial de prisão temporária, além dos 23 de busca e apreensão e das 22 ordens de interrupção de atividades das empresas madeireiras já tinham ou estavam prestes a ser cumpridos. A Justiça Federal também decretou o sequestro de bens imóveis dos investigados até o limite conjunto de R\$ 7,5 milhões.

Os alvos do mandado de prisão preventiva e de dois mandados de condução coercitiva ainda não cumpridos são contra índios da etnia Sakurabiat. Segundo a PF, durante as investigações foram encontrados indícios de que as lideranças da comunidade indígena autorizavam os madeireiros a ingressar na reserva indígena e retirar a madeira, recebendo por isso. A PF ainda apura se o dinheiro era usado para beneficiar toda a comunidade ou apenas as lideranças que negociavam com os madeireiros.

Entre os investigados já detidos está o madeireiro Josil Binow, apontado como um dos principais beneficiários do esquema e com quem a PF afirma ter encontrado cheques no valor total de R\$ 1,2 milhão. Binow está sendo ouvido no posto da PF em Pimenta Bueno e, em seguida, será conduzido para o presídio da cidade com os outros suspeitos cujas prisões preventivas ou temporárias foram cumpridas. A Agência não conseguiu localizar seu advogado.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 222/ 2014

Brasília, 11 de dezembro de 2014.

Binow já foi condenado em agosto de 2014 por obstruir ou dificultar a ação fiscalizadora do Poder Público; por receber madeira sem exigir a exibição de licença do vendedor, outorgada pela autoridade competente, e por falsidade ideológica (Artigo 299 do Código Penal). Ele e cinco corréus estavam em liberdade, após recurso contra a sentença do juiz Leonel Pereira da Rocha. O grupo foi denunciado pelo Ministério Público de Rondônia (MP-RO) no Processo 0004575-92.2010.822.0008, por apresentar aos órgãos fiscalizadores, em 2006, relatórios ambientais fraudulentos, nos quais alegavam terem saldo de madeira superior ao real.



ASSISTÊNCIA: Ministério da Saúde comemora avanços na saúde indígena
SÍTIO AGÊNCIA DO RÁDIO, 10.12.2014

REPÓRTER: No Dia Internacional dos Povos Indígenas, lembrado em 10 de dezembro, o Ministério da Saúde comemora avanços na atenção à saúde dessa população no Brasil. Atualmente, todos os 34 DSEIs, Distritos Sanitários Especiais Indígenas possuem equipes de saúde completas com médicos, dentistas, psicólogos, entre outros profissionais. Além de 354 Polos Base de Saúde, 68 Casas de Saúde Indígena e 751 Postos de Saúde. Existe uma estrutura de apoio a pacientes que precisam ser encaminhados para hospitais nas cidades, conforme explica o secretário especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde, Antônio Alves:

SONORA: secretário especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde – Antônio Alves

"E lá temos uma estrutura que chamamos de Casai que presta cuidados de enfermagem durante 24 horas para aquele que está doente e, geralmente, para o seu acompanhante. Nossas equipes, então, faz o agendamento desse paciente no SUS e o leva até esse atendimento. Quando é um caso de urgência e emergência, levamos pra cidade diretamente para um serviço de pronto-socorro. Após a sua alta do Sistema Único de Saúde, ele vai pra Casai, depois ele é levado de volta para a aldeia."

REPÓRTER: Por meio da Sesai, Secretaria Especial de Saúde Indígena, o Ministério da Saúde está fazendo obras de implantação e melhorias de abastecimento de água em 457 aldeias, e construção de banheiros em 113 aldeias. De acordo com o secretário especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde, Antônio Alves, algumas dessas ações são realizadas em acordo com as comunidades indígenas:

SONORA: secretário especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde – Antônio Alves

"Fornecimento de água para essas comunidades fazemos por meio de captação em fontes naturais como igarapés ou, então, em algum local, fazendo captação profunda no solo, por meio de poços artesianos e fazemos também educação ambiental do ponto de vista de buscar assegurar que essas comunidades possam ter a destinação adequada do lixo. E aí, muitas vezes, nós construímos a chamada melhoria sanitária domiciliar, construindo banheiros, quando essas comunidades assim permitem."

REPÓRTER: Com o objetivo de dar mais agilidade aos processos administrativos e às contratações de profissionais para a saúde indígena, o Ministério da Saúde, está propondo a criação do Instituto Nacional de Saúde Indígena. A ideia é que toda a ação executiva, como contratação de pessoal e aquisição de material, passe a ser feita no âmbito desse Instituto. O indígena José Levino, do DISEI Interior Sul, fala da importância desse novo órgão para a melhoria da atenção à saúde da população indígena:

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 222/ 2014

Brasília, 11 de dezembro de 2014.

SONORA: indígena do DSEI Interior Sul – José Levino

"Para nós é de suma importância essa criação do Instituto porque ele nos garante os nossos profissionais que atuam dentro da saúde indígena. Não só a garantia dos profissionais, mas também a garantia das ações porque a própria Sesai, junto com os distritos, qualquer projeto, qualquer execução de ações leva oito meses, até um ano para as ações chegarem lá nas bases; e com o Instituto, não, isso pode levar um mês, dois meses, mas vai ser atendido, conforme as necessidades."

REPÓRTER: Atualmente, 14 mil trabalhadores atuam nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas. Além das equipes de saúde, as comunidades indígenas contam com engenheiros, geólogos, arquitetos e agentes indígenas de saneamento. Para saber mais sobre as ações de saúde indígena, acesse: www.saude.gov.br/sesai

Reportagem, Ana Cláudia Amorim



Conflito entre indígenas Matis e Korubo resulta em mortes, no Amazonas

SÍTIO PORTAL AMAZÔNIA, 02.12.2014

Dois indígenas Matis foram mortos no Amazonas; a Funai já deslocou uma equipe para o local

MANAUS – Dois indígenas da etnia Matis foram mortos em conflito com membros de um grupo isolado da etnia Korubo, no Amazonas. Os dois povos vivem na Terra Indígena (TI) Vale do Javari, no extremo oeste do estado e fronteira com o Peru. O crime teria ocorrido na última sexta-feira (5), na aldeia Todowak, mas a informação só foi confirmada pela Fundação Nacional do Índio (Funai) nesta quarta-feira (10). A entidade não informou as possíveis razões do incidente.

Em nota enviada ao Portal Amazônia, a Funai diz lamentar o ocorrido. No domingo (7), o coordenador regional do Vale do Javari, Bruno Pereira, e o chefe da Frente de Proteção Etnoambiental Vale do Javari, Beto Vargas, deslocaram-se para a aldeia Todowak, para prestar o apoio necessário à comunidade e aos parentes.

Contatos recentes

Segundo a Funai, a aparição de índios isolados próximo de aldeias já contatadas é uma realidade vivenciada na Terra Indígena Vale do Javari. O local possui uma área de 8.544.482,2728 hectares e abriga a maior concentração conhecida de povos isolados do mundo.



Boletim de Notícias - Edição nº 222/ 2014

Brasília, 11 de dezembro de 2014.

OAB Cidadã convida entidades a discutir ajuda a comunidade indígena de Palhoça
SÍTIO OAB SANTA CATARINA, 10.12.2014

A Comissão OAB Cidadã convidou várias entidades da Grande Florianópolis para discutir formas de auxílio à comunidade indígena Guarani Mbyá, no Morro dos Cavalos, em Palhoça, que tem carências sociais, ambientais, educacionais, habitacionais e especialmente de saúde. Há endemia de nanismo entre as crianças em razão de desnutrição. No local moram dez famílias. A reunião será no próximo dia 16, às 10 horas, na OAB/SC.

Qualquer interessado pode participar. Mais informações: comissoes@oab-sc.org.br ou pelo (48) 3239-3560.

Assessoria de Comunicação da OAB/SC



Diocese solidária ao povo indígena Maró
SÍTIO GAZETA DE SANTARÉM, 10.12.2014

Em nota assinada pelo bispo de Santarém, Dom Flávio Giovenale, e divulgada hoje, a Diocese de Santarém manifestou solidariedade aos povos indígenas da Terra Indígena Maró, pela sistemática campanha de discriminação e negação de seus direitos constitucionais. Segundo a nota, o mais duro golpe foi dado pelo juiz federal Airton Portela, que em sentença do último dia 26 de novembro, determinou que o Relatório de Identificação da Terra Indígena (TI) Maró não tem qualquer validade jurídica, pois aqueles moradores não são indígenas.

SANTARÉM – Em nota assinada pelo bispo de Santarém, Dom Flávio Giovenale, e divulgada hoje, a Diocese de Santarém manifestou solidariedade aos povos indígenas da Terra Indígena Maró, pela sistemática campanha de discriminação e negação de seus direitos constitucionais.

Segundo a nota, o mais duro golpe foi dado pelo juiz federal Airton Portela, que em sentença do último dia 26 de novembro, determinou que o Relatório de Identificação da Terra Indígena (TI) Maró não tem qualquer validade jurídica, pois aqueles moradores não são indígenas.

“Esta afirmação não condiz com a realidade conhecida por missionários católicos que tem hoje o cuidado pastoral desta região e por isso não podemos aceitar tal sentença. Desde a criação da Prelazia de Santarém em 1903, passando pela sua elevação a Diocese em 1979, nossos missionários, catequistas e bispos têm estado em constante contato com estas comunidades, através de visitas, celebrações, semanas catequéticas, festas de santo e da Radio Rural de Santarém”, ressalta a nota.

Eis o teor da nota da Diocese de Santarém:

DECLARAÇÃO DO BISPO E DAS PASTORAIS SOCIAIS DA DIOCESE DE SANTARÉM SOBRE OS INDÍGENAS NO RIO MARÓ

A Diocese de Santarém vem se solidarizar profundamente com os povos indígenas da região do Baixo rio Tapajós e mais particularmente com os Borari e Arapium que vivem na Terra Indígena Maró, que vem sofrendo uma sistemática campanha de discriminação e negação de seus direitos constitucionais. O mais duro golpe foi dado pelo juiz federal Airton Portela, que em sentença do último dia 26 de novembro, determinou que o Relatório de Identificação da Terra Indígena (TI) Maró não tem qualquer validade jurídica, pois aqueles moradores não são indígenas.

Esta afirmação não condiz com a realidade conhecida por missionários católicos que tem hoje o cuidado pastoral desta região e por isso não podemos aceitar tal sentença. Desde a criação da

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 222/ 2014

Brasília, 11 de dezembro de 2014.

Prelazia de Santarém em 1903, passando pela sua elevação a Diocese em 1979, nossos missionários, catequistas e bispos têm estado em constante contato com estas comunidades, através de visitas, celebrações, semanas catequéticas, festas de santo e da Radio Rural de Santarém. Podemos dizer que conhecemos de fato e verdadeiramente nosso rebanho, e temos um carinho especial pelos povos indígenas que vivem nas suas aldeias/comunidades nesta Diocese. Os habitantes das aldeias Novo Lugar, São José III e Cachoeira do Maró são a prova de que a região é sim povoada também por povos indígenas. Dizer o contrário é fechar os olhos para a existência das pessoas que vivem na área.

A decisão de primeira instância da Justiça Federal do Pará também não pode ser aceita porque vai contra o a Constituição Federal de 1988, que afirma no Artigo 231: "São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens". Não compete ao Estado decidir quem é e quem não é indígena. São os próprios indígenas que tem o direito de se auto-identificar enquanto tais, conforme estabelecido na Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

E dizemos a vocês, irmãos e irmãs indígenas que ficamos esperançosos e felizes que, apesar de séculos de perseguição, exploração e desrespeito à sua cultura, vocês continuam orgulhosos da sua história, das suas crenças e práticas tradicionais e, principalmente, da sua identidade como povos indígenas. E nisso, vocês contaram e continuam contando com o nosso apoio e reconhecimento.

Estamos certos de que este equívoco vai ser corrigido e que o direito das comunidades indígenas vai ser respeitado pela Justiça brasileira. Estamos seguros de que estes dias turbulentos passarão e de que a Verdade prevalecerá, baseados na certeza do Evangelho "A verdade vos libertará" (João 8,32) e "Eu sou o caminho, a verdade e a vida" (João 14, 6). Invitamos a vocês, irmãos e irmãs indígenas, a levantar os olhos, logo virão os tempos onde a Justiça prevalecerá. E contem conosco para apressar este dia.

Santarém, 09 de dezembro de 2014
Dom Flavio Giovenale
Bispo da Diocese de Santarém
e Pastoral Social da Diocese de Santarém.



No dia dos direitos humanos, ruralistas fecham a Câmara dos Deputados para aprovar PEC que acaba com direitos indígenas

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 10.12.2014

Bancada ruralista apresentou questão de ordem e acertou reunião diretamente com o Presidente da Câmara, Henrique Alves, sem passar pelo Presidente da Comissão, Deputado Afonso Florence

Por Daniel Pierri, no CTI – Centro de Trabalho Indigenista

Nesse 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos, a bancada ruralista do congresso tenta, na surdina, votar a aprovação do novo relatório do Projeto de Emenda à Constituição 215/2000. A sessão já foi aberta e nesse momento dezenas de lideranças indígenas estão sendo barradas no Plenário 5 da Câmara dos Deputados com forte presença policial.

A reunião de hoje só foi possível através de um golpe regimental: a bancada ruralista apresentou uma questão de ordem diretamente ao Presidente da Câmara dos Deputados, o Deputado Henrique Eduardo Lyra Alves, sem antes passar pelo Presidente da Comissão Especial da PEC 215, Deputado Afonso Florence.

De autoria do Deputado ruralista Osmar Serraglio, o projeto passa a responsabilidade exclusiva na demarcação de Terras Indígenas (TIs), Unidades de Conservação (UCs) e Territórios Quilombolas, do poder Executivo para o Legislativo. O movimento indígena aponta que, na prática, a alteração significaria paralisar as demarcações, além de atacar os direitos indígenas conquistados pela Constituição de 1988, já que a emenda prevê a revisão de terras já demarcadas.

Justamente no dia em que foi publicado o Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade que contém um capítulo indígena específico relatando casos de violação de direitos humanos, a aprovação da PEC 215 significaria perpetrar as violações do passado como política para o futuro do país. Moyses Lupion, ex- governador do Paraná, foi identificado pela CNV como o maior responsável pelo esbulho de terras indígenas no estado. Seu neto, o Deputado Alberto Lupion, coautor da PEC 215, é membro da bancada ruralista. Seu empenho em aprovar a PEC que ataca os direitos indígenas é mais um exemplo de práticas da ditadura institucionalizadas em nossa política.



Protesto dos Krenak contra a Vale, na Estrada de Ferro Vitória a Minas, terminou no início da noite

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 10.12.2014

O protesto dos Krenak contra a Vale terminou por volta das 18 horas, segundo notícia atualizada do Hoje em Dia. (TP)

Por Ana Lúcia Gonçalves, em Hoje em Dia

Pelo menos duas mil pessoas deixaram de ser transportadas, nesta quarta-feira (10), pelo trem de passageiros da Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM). O local está interditado desde a tarde dessa terça-feira (9) pelos índios krenak, em Resplendor, no Vale do Rio Doce. As negociações para a liberação da linha continuam, sem sucesso.

O único avanço até agora foi a liberação do funcionário da Vale que teria ido à aldeia para negociar e acabou impedido de deixar o local. Os índios reivindicam, entre outros, repasse financeiro de R\$ 3 milhões e a saída da equipe técnica da Vale que apoia a implementação do projeto de pecuária leiteira na aldeia.

Essa é a segunda vez em menos de uma semana que os índios interditam a ferrovia. A primeira foi sábado (6), quando a manifestação durou cerca de sete horas. Os índios alegam que a mineradora vem descumprido acordos firmados entre as partes desde 2006, ano em que uma manifestação semelhante comprometeu o transporte de cargas e passageiros.

A Vale informou, por meio de nota, que está tomando as medidas necessárias para liberar o tráfego ferroviário e alerta que a Estrada de Ferro está fora da área de abrangência da terra indígena krenak. Os passageiros que adquiriram seus bilhetes com antecedência podem remarcar a viagem ou pedir reembolso no prazo de 30 dias.

Negociações [sic]

De acordo com a Vale, representantes da empresa se reuniram com os indígenas na segunda-feira (8), mas não houve acordo. "Cabe destacar que o acordo em questão é uma liberalidade, mas, ainda assim, durante várias reuniões com a Vale, com o Ministério Público Federal e com a Funai, os indígenas se mostraram inflexíveis diante das propostas apresentadas", informa a Vale. [sic]

"A empresa ratifica sua intenção de manter o canal de comunicação aberto com as comunidades, mas repudia quaisquer manifestações violentas que coloquem em risco seus empregados, passageiros, suas operações e que firam o Estado Democrático de Direito e ratifica que obstruir ferrovia é crime", avisou, por meio de nota. [sic]



Fundação Palmares leva a Alagoas seminário sobre educação quilombola
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 11.12.2014

Proposta é influenciar a rede municipal de ensino e os gestores públicos

Tribuna Hoje

O Quilombo Filús, de Santana do Mundaú em Alagoas, receberá no dia 12 de dezembro o Seminário Educação Quilombola: compreensão das Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Quilombola idealizado pela Fundação Cultural Palmares (FCP/MinC). A proposta é influenciar a rede municipal de ensino e os gestores públicos tendo em vista a promoção da educação e a melhoria da qualidade de vida das comunidades Jussarinha, Filús e Mariana.

As Diretrizes, aprovadas pelo Ministério da Educação em 2012, estabelecem os critérios para a educação básica considerando as especificidades sociais, históricas e culturais das populações quilombolas. Do encontro, poderão participar 250 pessoas entre educadores, gestores públicos municipais, familiares e estudantes dos quilombos.

De acordo com Alexandro Reis, diretor do Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro da FCP, o objetivo é discutir com esses profissionais os seus processos de ensino-aprendizagem e as suas formas de produção e de conhecimento tecnológico, de acordo com a Resolução nº 08/2012/CEB/CNE/MEC.

Filús – Marcado por uma condição rara, o quilombo constituído por 40 famílias traz no DNA o traço do albinismo. Remanescentes negros, porém com pele sem cor e olhos muito claros, estão mais vulneráveis que qualquer pessoa às mais graves doenças de visão e de pele, inclusive o câncer. Por esse motivo e por estar situado em uma área de difícil acesso, a comunidade sofre com preconceitos, falta de acesso a recursos básicos à sobrevivência e pela deficiência no auxílio especializado na área de saúde.

Reis esclarece, que nesse contexto, as consequências são as mais diversas. “Para eles, tudo é mais difícil. Até o atendimento de uma emergência, considerando que o caminho de 10km entre a comunidade e o posto de saúde oferece inúmeros riscos”, diz. “Debatendo essas particularidades e preparando educadores e gestores, será mais fácil chegar a alternativas para o desenvolvimento com qualidade de vida dessas pessoas”, explica.

O diretor ressalta que o esperado com a iniciativa é a seguridade de que as escolas quilombolas ou que atendem estudantes oriundos desses territórios considerem suas práticas socioculturais, políticas e econômicas. “A Palmares quer colaborar para a articulação de uma rede de apoiadores dessas comunidades, para a superação de preconceitos e discriminações

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 222/ 2014

Brasília, 11 de dezembro de 2014.

étnico-raciais contra os quilombos de Santana do Mundaú e para o fortalecimento institucional e político das suas associações”, completa.

Programação

14h – Abertura

Representantes dos quilombolas, secretário de Educação de Santana de Mundaú, Secretária de Saúde de Santana do Mundaú, Diretor da Fundação Cultural Palmares, Prefeito de Santana de Mundaú

14h30 – Palestra Educação Escolar Quilombola

Palestrantes: Wesley Oliveira – Pedagogo da Universidade de Brasília (UnB) Coordenação: Secretária de Saúde de Santana de Mundaú

18h – Programação Cultural

Apresentação do Grupo Afoxé Arafunfun

Serviço

O que: Seminário Educação Quilombola: compreensão das Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Quilombola

Quando: 12 de dezembro

Horário: 14h – 18h

Local: Escola Municipal Monsenhor Clovis Duarte de Barros, Centro. Santana do Mundaú/AL.



MPF pede redutores na 463 e indenização para indígenas

SÍTIO DOURADOS AGORA, 11.12.2014

A pedido do Ministério Público Federal (MPF), a Justiça concedeu liminar que obriga o Departamento Nacional de Trânsito (DNIT) a instalar redutores de velocidade, sinalizadores de asfalto e placas de sinalização próximo ao acampamento indígena Curral do Arame - Tekoha Apika'y, localizado na BR-463.

A medida, que busca reduzir a velocidade dos automóveis no trecho habitado para evitar novas mortes por atropelamento, não foi cumprida integralmente e o órgão deve arcar com multa de R\$15 mil pelo descumprimento da decisão.

Em 4 anos, 8 índios morreram atropelados na rodovia, 5 deles da mesma família, sendo 3 em um período de apenas um ano. Para a Justiça, a não adoção de medidas preventivas põe em risco a segurança, a integridade física e a vida dos índios, o que representa afronta à dignidade da pessoa humana.

“Os direitos dos seres humanos ali localizados não podem ser negligenciados com base em invocações orçamentárias, na medida em que externos ao 'espaço de escolas públicas', cabendo ao Estado sua garantia e observância incondicional”, enfatizou a decisão.

Caso o DNIT continue descumprindo a determinação judicial, novas punições devem ser aplicadas.

Indenização em R\$1,4 mi

Na ação ajuizada, o Ministério Público Federal pede, também, indenização de R\$ 1,4 milhões por danos materiais e danos morais coletivos sofridos pela comunidade indígena, vítima da “omissão irresponsável” da Administração Pública em evitar os acidentes.

O MPF requisitou ainda instauração de inquérito policial para apurar eventual responsabilidade criminal do dirigente da Agência Estadual de Empreendimentos (AGESUL) pelas mortes ocorridas enquanto a rodovia estava estadualizada por Medida Provisória.

“Com a ação, buscamos a responsabilização do estado e a adoção de medidas, mesmo paliativas, que evitem novas mortes e deem um mínimo de dignidade à comunidade Curral do Arame, que há mais de 10 anos vive na beira da estrada por simplesmente não ter escolha, não ter para onde ir”, enfatizou o procurador da República Marco Antônio Delfino de Almeida.

Fina faixa de terra

A comunidade indígena Curral do Arame, denominada pelos guarani-kaiowá como “Tekoha Jukeri'y” ou “Tekoha Apika'y”, está localizada às margens da BR-463, no trecho entre Dourados

CONT.



e Ponta Porã. Segundo estudo antropológico, os índios da comunidade foram expulsos de suas terras tradicionais para a expansão da agricultura e da pecuária. Parte desta população foi recrutada para trabalhar em fazendas da região como mão de obra barata até que se tornaram “incompatíveis” com a produção.

Os índios resistiram em deixar suas terras, ocupando áreas de reserva legal de propriedades rurais, mas foram obrigados a fugir após a morte do patriarca da família, Hilário Cário de Souza, em 1999, atropelado por funcionário da fazenda que ocupava.

Desde então, os guarani passaram a viver na fina faixa de domínio da rodovia, em barracos improvisados, em frente à terra que reivindicam como tradicional. Além das precárias condições estruturais, o acampamento indígena Curral do Arame já foi queimado duas vezes, a última em grande incêndio ocorrido na região em 2013.

Em mais de 10 anos de idas e vindas, retomadas e despejos compulsórios, a regularização da comunidade ainda não foi realizada. Apesar da existência de Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre o MPF e a Funai para início do procedimento demarcatório, até o momento, sequer foi constituído Grupo Técnico para os estudos iniciais. “A inércia do Estado tem custado caro à comunidade, que, sem expectativa de regularização fundiária, vive em péssimas condições, arriscando o bem mais precioso de seus integrantes: a vida”.



AC: líder indígena é preso com euros e droga ao voltar da Europa

SÍTIO O RIO BRANCO, 11.12.2014

Vencedor do Prêmio Chico Mendes de Meio Ambiente em 2005 e ex-vice-prefeito do município de Jordão (AC), o líder indígena Siã Kaxinawá está preso na delegacia de Tarauacá após ter sido flagrado pela Polícia Civil do Acre durante a Operação Brasil Integrado, na tarde de sexta-feira (5), em Feijó, com 100 gramas de maconha e sementes, além de 4,8 mil euros.

Siã Kaxinawá regressava ao Acre após ter participado de reuniões em Israel e países da Europa. Ele ganhou projeção dentro e fora do Brasil como ativista do movimento de defesa da floresta e dos direitos das populações tradicionais e indígenas e também pelo trabalho de documentação visual. O delegado Nilton Boscaro, diretor do Departamento de Polícia da Capital e do Interior, disse que a maconha, supostamente de origem holandesa, estava embalada em “quatro tipos diversos”.

- Ele permanecerá preso porque o delegado que preside o inquérito está convencido da ocorrência de tráfico interno. Vamos recorrer ao banco de dados da Polícia Federal para realizar perícia com o objetivo de identificar o país onde a droga foi produzida. Caso outros dados de investigação e a perícia comprovem que a droga foi comprada na Europa, ficará caracterizado tráfico internacional – afirmou Boscaro.

O indígena preside a Associação dos Seringueiros Kaxinawa do Rio Jordão. Nos últimos anos, as lideranças da etnia Huni Kuin (gente verdadeira), que é como os kaxinawá se autodenominam, passaram a organizar sessões de Nixi-pae (ayahuasca) dentro e fora do país. Os jovens Fabiano Maia Sales Yawabané Huni Kuin e Fabiano Maia Sales Yawabané Huni-Kuin, ambos filhos de Siã, são os mais notáveis do grupo.

- Antes de considerarmos o indígena como réu, temos que vê-lo como vítima. Os Huni-Kuin estão sendo vítimas do neo-xamanismo predatório que utiliza o xamanismo tradicional como meio comercial. Existem grupos, dentro e fora do Brasil, que promovem viagens, oficinas e rituais onde os indígenas, muitos deles ainda sem experiência xamânica, “emprestam” seu visual e suas canções. Com isso, cria-se uma cadeia de deturpações e vícios que impactam negativamente a vida nas aldeias. Espero que o Siã supere tudo isso, transformando a experiência negativa em algo positivo para a proteção de sua cultura – comentou um indigenista consultado pela reportagem.

Há dois anos, Siã Kaxinawá foi convidado pelo governador do Acre Tião Viana (PT) a estreitar os laços entre o governo estadual e as comunidades indígenas do município de Jordão, para expondo as dificuldades e necessidades das etnias da região.

Consultada, a Funai no Acre limitou-se a informar que está acompanhando o caso.

Do Blog do Altino Machado



Brasil pode perder 30% de suas línguas indígenas nos próximos 15 anos

SÍTIO O TEMPO, 11.12.2014

Atualmente, os índios brasileiros falam entre 150 e 200 línguas e devem ser extintas, até 2030, de 45 a 60 idiomas

AGÊNCIA BRASIL

O Brasil corre o risco de perder, no prazo de 15 anos, um terço de suas línguas indígenas, estima o diretor do Museu do Índio, José Carlos Levinho. Atualmente, os índios brasileiros falam entre 150 e 200 línguas e devem ser extintas, até 2030, de 45 a 60 idiomas.

“Um número expressivo de povos, inclusive na Amazônia, tem cinco ou seis falantes apenas. Nós temos 30% [das línguas] dos cerca de 200 povos brasileiros com um risco de desaparecer nos próximos dez ou 15 anos, porque você tem poucos indivíduos em condições de falar aquela língua”, alerta Levinho.

Segundo ele, desde que o Museu do Índio iniciou um trabalho de documentação de línguas dos povos originais, chamado de Prodoclin, em 2009, os pesquisadores do projeto viram dois idiomas serem extintos, o apiaká e o umutina.

“Tem também a situação de [línguas faladas por] grupos numerosos, em que você tem um número expressivo de pessoas acima de 40 anos falando o idioma mas que, ao mesmo tempo, tem um conjunto de jovens que não falam mais a língua e não estão interessados em mantê-la. Então, você não tem condições de reprodução e manutenção dessa língua. A situação é um tanto quanto dramática. Esse é um patrimônio que pertence não só à comunidade brasileira como ao mundo”, destaca Levinho.

É uma perda irreparável tanto para as culturas indígenas quanto para o patrimônio linguístico-cultural mundial. Especialistas e indígenas ouvidos pela "Agência Brasil" afirmam que esses idiomas, que levaram séculos para se desenvolver, são fundamentais para a manutenção de outras manifestações culturais, como cantos e mitos.

Além disso, as línguas são sistemas complexos que, uma vez estudados e compreendidos, podem contribuir para uma melhor compreensão da própria linguagem humana. Indígenas ouvidos pela reportagem também consideram seu idioma materno um instrumento de autoafirmação da sua identidade e da sua cultura.

Quem também acredita que essa extinção possa ocorrer nos próximos anos é o linguista Wilmar da Rocha D'Angelis, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), coordenador do

CONT.



grupo de pesquisas Indíomas, especializado em línguas nativas do território brasileiro. Sua estimativa é que pelo menos 40 línguas sejam perdidas no prazo de 40 anos.

"Nenhum linguista gosta de fazer esse tipo de vaticínio, até porque nosso papel costuma ser o de contribuir para que tais línguas minoritárias se fortaleçam e desenvolvam estratégias de sobrevivência", destaca D'Angelis. "Eu arriscaria dizer que devem se extinguir, nos próximos 40 anos, a média de uma língua por ano", completa.

O número de idiomas falados por indígenas brasileiros varia de uma fonte para outra, já que a definição de fronteiras entre as línguas é um exercício subjetivo, que depende de fatores como critérios gramaticais, linguísticos e até políticos. D'Angelis estima que existam no Brasil entre 150 e 160 idiomas. Em seu site, o Laboratório de Línguas e Literaturas Indígenas da Universidade de Brasília (UnB) lista 199.

O portal Ethnologue.com, que funciona como um banco de dados das línguas faladas hoje no mundo, lista cerca de 170 línguas indígenas com falantes vivos no Brasil. Entre esses idiomas, 37 são considerados "quase extintos", ou seja, os falantes são idosos e têm pouquíssima oportunidade de usar o idioma. Há ainda 23 línguas consideradas "moribundas", ou seja, que são faladas apenas pela faixa etária mais velha da população, mas ainda são usadas no cotidiano por essas pessoas.

Excluindo-se essas 60 línguas, sobram cerca de 110 que ainda são usadas pelas parcelas mais jovens da população. Mesmo assim, é preciso considerar que muitas delas têm poucos falantes. D'Angelis diz, por exemplo, que 100 línguas brasileiras têm menos de mil falantes.

O pesquisador lembra que cerca de mil idiomas indígenas brasileiros foram extintos nos últimos 500 anos. "Na esmagadora maioria dos casos, a extinção se deu junto com a extinção da própria comunidade de falantes, isto é, os próprios índios", afirma o pesquisador.

Segundo ele, hoje o maior risco para a existência desses idiomas não está mais no extermínio da população indígena. "Ainda que se conserve, em áreas como Mato Grosso do Sul, Rondônia e algumas outras partes da Amazônia, uma situação de violência institucionalizada que ainda tem essa marca genocida, a destruição das línguas minoritárias, no Brasil atual, não depende do extermínio dos falantes. Os processos de escolarização, a exploração da mão de obra indígena e diversos programas sociais, incluindo aqueles que favorecem a entrada da televisão em todas as aldeias, vêm causando impacto considerável."

Para o diretor da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, no Amazonas, Isaías Pereira, quando um índio deixa de falar sua própria língua, perde-se também uma parte importante de sua cultura. "Com o descobrimento do Brasil e a colonização, desde aquela época, começamos a perder nossa cultura. A gente tem que ficar lutando para manter nossa própria cultura, nossa própria fala."

Já o pesquisador Glauber Romling da Silva, que participa do projeto de documentação do Museu do Índio, compara a perda de uma língua à extinção de uma espécie. "Quando se

CONT.



preserva uma língua, se está preservando os costumes e tudo que vem junto com isso. Muitas vezes o perigo de extinção não é só na língua em si. Às vezes, a língua até mostra uma vitalidade, mas seus estilos formais, cantos, a parte cultural em que ela está envolvida somem muito rápido. De uma geração para outra, isso pode sumir”, diz.

Romling lembra que a Constituição garante uma educação diferenciada aos indígenas, com escolas próprias, que ensinem o idioma nativo. No entanto, segundo ele, há uma série de dificuldades que comprometem o ensino do idioma e até a qualidade da escola como um todo, como a falta de professores treinados e de material didático, além de problemas estruturais na própria unidade de ensino. Diante disso, muitos jovens passam a frequentar escolas urbanas.

O diretor do Museu do Índio, José Carlos Levinho, acredita que, da forma como são estruturadas hoje, as escolas nas aldeias não contribuem para a preservação da cultura e da língua desses povos.

“A educação é um processo de socialização e quando ela é mal fundamentada, cria mais problemas do que soluções. Você encontra aberrações desde a maneira como as escolas são construídas até sua lógica de funcionamento. A estrutura não tem a flexibilidade necessária para dar conta daquela realidade. O grande problema na relação com os índios é não considerar as particularidades”, diz.

Segundo ele, é preciso que os governos dialoguem com os indígenas e levem em consideração a singularidade de cada povo. “É preciso enxergar o outro de verdade, respeitar o outro do jeito que ele é. E criar as condições para que se possa atendê-lo.”

A secretária nacional de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, Macaé Evaristo, diz que o governo tem buscado investir na formação de professores indígenas por meio do projeto Saberes Indígenas na Escola, para garantir que o idioma nativo seja passado para as crianças nas escolas.

“Nós organizamos redes com as universidades para atender à diversidade de línguas indígenas. Hoje no projeto Saberes Indígenas estamos trabalhando na formação de professores em 77 línguas indígenas”, explica. “Mas é uma longa caminhada. É uma agenda complexa.”

Segundo ela, o Ministério da Educação (MEC) também tem investido na pesquisa e documentação de línguas indígenas, na preparação de materiais didáticos e na construção de escolas indígenas.

“Nós partimos do pressuposto da garantia da educação a crianças, adolescentes, jovens e adultos, independente de sua etnia em qualquer lugar do país. Nossa orientação aos sistemas de ensino é que se escute as populações no desenvolvimento do planejamento da oferta educativa. Que [os sistemas] garantam que aquelas populações que têm uma língua própria tenham acesso ao ensino em sua língua materna e acesso ao português como segunda língua”, diz a secretária.



Protesto dos Krenak contra a Vale, na Estrada de Ferro Vitória a Minas
SÍTIO CEDEFES, 11.12.2014

Protesto dos Krenak contra a Vale, na Estrada de Ferro Vitória a Minas, terminou no início da noite

Pelo menos duas mil pessoas deixaram de ser transportadas, nesta quarta-feira (10), pelo trem de passageiros da Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM). O local está interditado desde a tarde dessa terça-feira (9) pelos índios krenak, em Resplendor, no Vale do Rio Doce. As negociações para a liberação da linha continuam, sem sucesso.

O único avanço até agora foi a liberação do funcionário da Vale que teria ido à aldeia para negociar e acabou impedido de deixar o local. Os índios reivindicam, entre outros, repasse financeiro de R\$ 3 milhões e a saída da equipe técnica da Vale que apoia a implementação do projeto de pecuária leiteira na aldeia.

Essa é a segunda vez em menos de uma semana que os índios interditam a ferrovia. A primeira foi sábado (6), quando a manifestação durou cerca de sete horas. Os índios alegam que a mineradora vem descumprido acordos firmados entre as partes desde 2006, ano em que uma manifestação semelhante comprometeu o transporte de cargas e passageiros.

A Vale informou, por meio de nota, que está tomando as medidas necessárias para liberar o tráfego ferroviário e alerta que a Estrada de Ferro está fora da área de abrangência da terra indígena krenak. Os passageiros que adquiriram seus bilhetes com antecedência podem remarcar a viagem ou pedir reembolso no prazo de 30 dias.

Negociações [sic]

De acordo com a Vale, representantes da empresa se reuniram com os indígenas na segunda-feira (8), mas não houve acordo. "Cabe destacar que o acordo em questão é uma liberalidade, mas, ainda assim, durante várias reuniões com a Vale, com o Ministério Público Federal e com a Funai, os indígenas se mostraram inflexíveis diante das propostas apresentadas", informa a Vale. [sic]

"A empresa ratifica sua intenção de manter o canal de comunicação aberto com as comunidades, mas repudia quaisquer manifestações violentas que coloquem em risco seus empregados, passageiros, suas operações e que firam o Estado Democrático de Direito e ratifica que obstruir ferrovia é crime", avisou, por meio de nota. [sic]

Fonte: Por Ana Lúcia Gonçalves, em Hoje em Dia



Pedido de vista adia para próxima semana votação da PEC da demarcação de terras indígenas

SÍTIO CEDEFES, 11.12.2014

O pedido de vista encerrou a reunião de análise do relatório da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215/00, que submete ao Congresso a decisão final sobre a demarcação de áreas indígenas.

O pedido de vista encerrou a reunião de análise do relatório da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215/00, que submete ao Congresso a decisão final sobre a demarcação de áreas indígenas.

Esse pedido de vista ocorreu após uma longa obstrução do PT, PV, PSOL, PCdoB E PSB, que são contrários à pec.

O deputado Nelson Marquizzeli (PTB-SP) justificou o pedido de vista dizendo que sua atitude só antecipa algo que ocorreria na próxima semana.

Uma nova reunião foi marcada para a próxima semana, talvez na terça-feira, para a leitura, discussão e possível votação do parecer do relator, deputado Osmar Serraglio (PDMB-PR).

Fonte: Por José Carlos Oliveira, na Agência Câmara



Nota pública sobre a prisão do Kaingang Ireni Franco

SÍTIO CIMI, 11.12.2014

No dia 09 de dezembro de 2014, pela parte da manhã, na cidade de Passo Fundo, no Rio Grande do Sul, a Polícia Federal prendeu a liderança Kaingang Ireni Franco. Segundo informações do cacique da Terra Indígena Passo Grande do Forquilha, a ação da polícia foi truculenta e em forma de emboscada, não permitindo o acompanhamento de advogado e sem poder informar a família. A liderança havia sido chamada a participar de audiência na Polícia Federal da referida cidade, onde ocorreu a prisão.

Ireni Franco vinha respondendo processo judicial há alguns anos devido à liderança que exerce na comunidade. Acusado e condenado no ano de 2012, recorreu e a Justiça manteve a decisão.

O que chama a atenção é que a prisão acontece num contexto de criminalização de lideranças indígenas, onde vários Kaingang que lutam pela demarcação de seu território estão sendo perseguidos e presos. Na avaliação das lideranças, a ação da polícia tem o objetivo de amedrontar as comunidades e intimidar as lideranças indígenas que lutam pela defesa de seus direitos.

CIMI Sul, dezembro de 2014.



Professores indígenas alagoanos participam da III Semana de Educação

SÍTIO AQUI ACONTECE, 11.12.2014

Mais de 100 professores indígenas alagoanos participam até este domingo (12), no Centro de Formação Ib Gatto, no Cepa, da III Semana de Educação Indígena. O evento, aberto nesta terça-feira (9) tem como tema "A educação escolar indígena e a Lei 11.645/08" e é uma iniciativa da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte (See), por meio da Diretoria de Diversidades e Modalidades de Ensino da Superintendência de Políticas Educacionais (Suped),

Com o objetivo de discutir a obrigatoriedade do ensino da história e cultura dos indígenas do Brasil, a formação, que atende a uma exigência do Ministério da Educação (Mec), promove um encontro de professores das 17 escolas indígenas do Estado, com técnicos pedagógicos e outros professores da rede, proporcionando um rico debate e a troca de experiências.

Para o técnico pedagógico da gerência de diversidades e responsável pelas políticas da Educação Escolar Indígena, Gilberto Ferreira, a formação além de ampliar o discurso, agrega conhecimentos a todos os envolvidos, reafirmando que o cumprimento da Lei é uma forma de reconhecer as diferenças e os direitos desses povos.

"É uma conquista para o povo indígena. Eles têm direito a uma educação diferenciada e de qualidade e a SEE reconhece isto. Este momento é de grande importância, por essa interação entre professores indígenas com outros professores das redes estadual e municipais", declarou o técnico.

Conquista

Além de reconhecer e comemorar a abertura destes espaços como conquistas para seus povos, os professores indígenas destacam como pontos fortes do evento a troca de experiências e a possibilidade de apresentar reivindicações das comunidades, como infraestrutura e efetivação dos profissionais.

"O evento é importante e vai auxiliar nossos professores a atuar nas próprias aldeias", afirma a professora da Escola Estadual Indígena Pajé Miguel Celestino, de Palmeira dos Índios, Rosângela Soares Queiroz, da aldeia Xukurú-Kariri.

"É fundamental para a realidade social em que vivemos, pois o índio ainda é visto como um 'extraterrestre'. A lei cria essa obrigação de se trabalhar essas culturas e isso é uma vitória, vai desmistificar muita coisa; a realidade e a cultura dos índios são diferentes do Norte para o Nordeste, e até entre os povos alagoanos. Para se ter um exemplo, o Toré é praticado – cantado e dançado – de forma diferente, seja na batida do pé, ou na forma de cantar. São particularidades de cada povo, mas quando se juntam entram em sincronia", explicou Igor Hebert do Vale Freitas, professor da Escola Estadual Indígena José Máximo de Oliveira, da aldeia Wassu-Cocal, de Joaquim Gomes.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 222/ 2014

Brasília, 11 de dezembro de 2014.

Para a professora Maria Gilvânia Honório da Silva, da Escola Estadual Indígena José Manoel de Souza, também da aldeia Wassu-Cocal, de Joaquim Gomes, “essa lei fortalece a luta dos povos indígenas e deixa claro a importância de se trabalhar essas culturas”.

Dos doze povos indígenas alagoanos, pelo menos nove estão representados nesta formação: Pankararu, de Delmiro Gouveia; Jiripankó e Katokinn, ambos de Pariconha; Koiupanká, de Inhapi; Kariri-Xocó, de Porto Real do Colégio; Karapotó, de São Sebastião; Tingui-Botó, de Feira Grande; Xukurú-Kariri, de Palmeira dos Índios; e Wassu-Cocal, de Joaquim Gomes.

por Agência Alagoas



Aberto evento sobre debate de políticas públicas para quilombolas na Paraíba
SÍTIO NOTÍCIAS JUSBRASIL, 11.12.2014

Primeiro dia da programação foi marcado pela manifestação das demandas das comunidades, exposições de órgãos e entidades e discussões em grupos de trabalho

O Ministério Público Federal (MPF) e a Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH/PB) abriram, ontem, 10 de dezembro de 2014, a reunião de trabalho Políticas Públicas para Comunidades Quilombolas do litoral, sertão e brejo da Paraíba. O evento, que está sendo realizado em pousada no município do Conde (PB), será finalizado hoje, quinta-feira, com apresentação cultural, conclusões e encaminhamentos.

O procurador regional dos direitos do cidadão na Paraíba, José Godoy Bezerra de Souza, destacou a importância de tratar sobre algo tão relevante como são as políticas públicas para comunidades quilombolas. "Essas comunidades são importantes elementos para a cultura e história da Paraíba e o MPF não podia discuti-las sem a presença de vocês, não faria o menor sentido", afirmou.

João Raphael Lima, procurador da República que atua em Patos (PB), unidade do MPF onde estão localizadas várias comunidades quilombolas, destacou que estava no evento para conversar com os representantes das comunidades, querendo muito mais ouvir do que falar. Ele também explicou o papel do Ministério Público na cobrança para que os titulares da política pública exerçam e convidou os presentes a lutar juntos. "Não conheço todas as comunidades quilombolas do Sertão. A impressão que tenho é que os remanescentes de quilombos se encontram numa situação ainda pior, porque aquele que é marginalizado ainda é lembrado, sabe-se que existe e busca-se discriminá-lo de alguma forma. No entanto, muitas vezes o que vejo é que os quilombolas do Sertão são esquecidos, não chegando nem a serem discriminados porque sequer são lembrados. É como se não existissem, sendo um mundo à parte", enfatizou.

A secretária de Estado da Mulher e da Diversidade Humana, Gilberta Santos Soares, parabenizou a preocupação do Ministério Público Federal pelo interesse em conhecer com profundidade a realidade dos quilombolas. "Os quilombos foram a expressão da resistência do povo negro no país que foi escravizado. É muito importante a gente firmar nessa palavra de resistência, de luta. É um percurso, uma caminhada", asseverou, ressaltando que a SEMDH/PB fez esse percurso de aproximação com as comunidades, inclusive, para o programa Brasil Quilombola.

Direitos que nunca chegam – Após a abertura do evento, vários representantes de comunidades quilombolas expuseram as dificuldades das comunidades e também de suas histórias de luta. O grande ponto ressaltado pelos representantes das comunidades foi que eles sabem que têm direitos, mas que eles não ou mal chegam às comunidades.

CONT.



Bidia, representante da prefeitura de Catolé do Rocha, destacou que sente dificuldades de acesso aos representantes do governo responsáveis pela efetivação das políticas públicas para quilombolas. "O que nós queremos são políticas afirmativas para a população negra da paraíba", destacou. Geilsa da Paixão, da comunidade Mitiaçu (localizada no Conde – PB), lamentou a ausência dos prefeitos, mas conclamou os participantes a conversar com o Ministério Público. "Precisamos fazer os gestores terem respeito à efetivação das políticas para as nossas comunidades".

Sobre a ausência dos 26 prefeitos, devidamente convidados (apenas a prefeita do Conde se fez presente na parte da tarde), o procurador José Godoy considerou que a falta foi desapontadora para os realizadores do evento e representantes das comunidades. "Mas, não desistimos de conversar com os prefeitos, se eles não vieram até a gente, o MPF vai até eles, pois pretendemos marcar reuniões. No entanto, isso não impede que mantenhamos o nosso foco na discussão de políticas públicas", ponderou.

Exposições de entidades e GT – A reunião prosseguiu, no turno da tarde, com explicações de representantes de entidades como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana; Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial; e Associação de Apoio às Comunidades Afrodescendentes e Coordenação Estadual de Comunidades Quilombolas da Paraíba. Em todo Estado da Paraíba há 37 comunidades certificadas pela FCP e outras quatro com processo aberto, aguardando certificação. A Fundação Palmares é entidade vinculada ao Ministério da Cultura e já emitiu mais de 2.476 certificações para comunidades quilombolas no país. O certificado, conforme dados obtidos no site da Fundação Cultural Palmares (FCP), "reconhece os direitos das comunidades quilombolas e dá acesso aos programas sociais do Governo Federal".



Ruralistas dão novo golpe em comissão da PEC 215; votação pode acontecer na semana que vem

SÍTIO INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 11.12.2014

Bancada do agronegócio faz reunião à revelia de presidente de comissão especial, a portas fechadas, com respaldo do presidente da Câmara, Henrique Alves, e passa por cima de regimento da casa. Seguranças usaram de violência para conter manifestantes

Os ruralistas deram novo golpe para fazer avançar a tramitação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215. Desta vez, apelaram ao presidente da Câmara, Henrique Alves (PMDB-RN), e conseguiram realizar, no início da noite de ontem (10/12), uma nova reunião da comissão, a portas fechadas, à revelia e sem a presença de seu presidente, Afonso Florence (PT-BA). A bancada do agronegócio solicitou a realização da reunião diretamente a Alves depois de Florence negar o pedido e marcar um novo encontro da comissão para a próxima terça.

Por mais de duas horas, deputados do PSOL, PT, PSB, PV e PCdoB conseguiram obstruir a votação do projeto, lançando mão de questões de ordem e outros instrumentos regimentais. Enquanto ainda votavam as atas de reuniões anteriores, o deputado Nelson Marquizzeli (PTB-SP) pediu vistas do relatório da PEC e o vice-presidente da comissão, Nilson Leitão (PSDB-MT), acatou o pedido e encerrou a sessão. O objetivo de Marquizzeli foi evitar novas manobras regimentais dos opositores da PEC, inclusive impedir outros pedidos de vista. Florence não apareceu na comissão sob orientação da liderança do governo na Câmara.

Uma nova reunião da comissão especial ainda não foi marcada, mas tudo indica que deve acontecer na terça ou quarta da semana que vem, quando os ruralistas tentarão ler e votar o relatório do deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR). Eles correm contra o tempo: se o documento não for votado até o fim desta legislatura, previsto para o dia 22/12, o projeto será arquivado.

Além de impor uma série de restrições aos direitos dos povos indígenas previstos na Constituição, o projeto transfere do governo federal para o Congresso a prerrogativa de aprovar a oficialização de Terras Indígenas, Unidades de Conservação e territórios quilombolas. Na prática, se aprovado, vai significar a paralisação definitiva da formalização dessas áreas.

De acordo com o regimento da Câmara, Leitão não poderia ter aceitado o pedido de vistas antes que o parecer sobre a PEC começasse a ser lido. Para os parlamentares aliados das organizações indígenas, por causa disso a sessão foi ilegal. Hoje, eles deverão questionar formalmente os presidentes da comissão e da Câmara, requerendo a anulação das decisões tomadas na reunião. Não está descartada uma ação judicial para invalidá-la.

CONT.



“Essa reunião foi uma farsa, que não tem nenhuma validade e muitas ilegalidades”, denuncia o deputado Padre Ton (PT-RO), presidente da Frente de Defesa dos Direitos Indígenas. Ele lembrou que juristas e representantes de organizações indígenas e indigenistas não foram ouvidos pela comissão especial. O parlamentar criticou a segurança da Câmara por impedir o acesso dos manifestantes. Ele informa que suplentes da comissão votaram questões de ordem durante a reunião, o que também é proibido pelo regimento da Câmara.

Portas fechadas e confusão

A sessão ocorreu em clima tenso. As portas da comissão foram fechadas por determinação de Serraglio e Leitão, enquanto seguranças usaram de violência para conter indígenas e indigenistas contrários à PEC nos corredores da Câmara. Houve confusão, gritaria e empurra-empurra. O secretário executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Cléber Buzatto, foi imobilizado com uma gravata por dois seguranças. Ele foi solto minutos depois (veja abaixo vídeo de Clarissa Presotti).



Base do Governo na Câmara aprova trabalho de Vereador da Oposição

SÍTIO PARACATU.NET, 11.12.2014

O Vereador Ragos Oliveira (PT), utilizou a tribuna da Câmara nesta segunda-feira de casa cheia para apresentar os resultados do seu mandato e destacar o projeto que ele chamou de "Presente de Natal" para a comunidade Quilombola.

-“Só no ano de 2014 nós conseguimos, com muito empenho e também a parceria desta casa, 6 milhões em recursos e além dos 12 milhões já anunciados para 2015, eu confirmo um verdadeiro Presente de Natal para nossa comunidade que são as 180 moradias que serão construídas nos Quilombos do cercado e do Pontal.” Comunicou.

Os Vereadores presentes foram unânimes em seus comentários positivos. Os parlamentares da base do governo também se manifestaram, parabenizando o Vereador do PT.

Joãozinho Chapuleta (SD), falou dos resultados do trabalho de Ragos que ajuda o executivo em sua governabilidade. “O sr faz um papel que deveria ser do executivo, mas faz com excelência e ajuda a nossa cidade. Te parabenizo por isso.” disse.

Já o outro Joãozinho, o Contador (PSDB), destacou a habilidade do diálogo do colega parlamentar. “-Eu reconheço o valor do seu mandato e sei que o Sr corre atrás através dos seus contatos e da sua habilidade política, independente do seu posicionamento, o sr tem o diálogo necessário para um bom do que é de importância para a sociedade.”

O líder de governo Marcos Oliveira (PTB), comentou a parceria do Vereador do PT com o Governo do PSDB. “-Os resultados aqui apresentados são muito relevantes para a Comunidade e eu, como líder de governo, parte da situação, reconheço que o Sr. tem feito uma oposição inteligente apontando não só as falhas e criticando, mas também mostrando o caminho das pedras e assim vai construindo uma parceria com o governo municipal.” Disse Oliveira.

Ragos finalizou revelando a receita do seu histórico de sucesso. “-Eu sempre fui muito combativo, mas nunca perdi a ternura. Eu sempre fiz uma oposição duríssima desde o ano de 2001 mas sempre fiquei do lado dos mais pobres e por isso que tenho sido constantemente reeleito, porque apesar de tudo eu não esqueço os mais pobres, os mais humildes.” Finalizou.



Brasil tem cinco línguas indígenas com mais de 10 mil falantes

SÍTIO FOLHA DE DOURADOS, 11.12.2014

Cinco das mais de 150 línguas indígenas faladas no Brasil têm mais de 10 mil falantes, segundo dados do Censo de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De acordo com o Censo, que leva em consideração pessoas com mais de 5 anos de idade que usam o idioma em seu próprio domicílio, as línguas mais usadas no Brasil são o tikuna (com 34 mil falantes), o guarani kaiowá (com 26,5 mil), o kaingang (22 mil), o xavante (13,3 mil) e o yanomami (12,7 mil).

Dessas cinco, três (tikuna, guarani kaiowá e yanomami) têm ainda mais falantes do que o divulgado pelo Censo do IBGE, já que são usadas também por indígenas que vivem em países vizinhos, como Paraguai, Colômbia e Venezuela.

Mais sete idiomas superam a marca de 5 mil falantes no Brasil: guajajara (9,5 mil), saterémawé (8,9 mil), terena (8,2 mil), nheengatu ou língua geral amazônica (7,2 mil), tukano (7,1 mil), kayapó (6,2 mil) e makuxi (5,8 mil). Se o guarani nhandeva (com 5,4 mil falantes) e o guarani mbya (5,3 mil) forem considerados línguas distintas do kaiowá, o número chega a nove.

Assim como no caso do guarani, nem sempre é fácil determinar quantas línguas existem no Brasil, já que isso varia de acordo com os critérios usados para definir o que é um idioma e o que é um dialeto. O especialista Wilmar da Rocha D'Angelis, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), estima um número entre 150 e 160.

O site Ethnologue.com, um banco de dados das línguas faladas no mundo, cita 170 ainda faladas. Já o Laboratório de Línguas e Literaturas Indígenas da Universidade de Brasília (UnB) lista, em seu site, 199.

O Brasil é um repositório de grande variedade de línguas. O país é berço de pelo menos dois grandes troncos linguísticos: o tupi e o macro-jê. Troncos são a unidade mais ampla da linguística, que reúnem famílias de idiomas com uma mesma origem.

Línguas de um mesmo tronco podem apresentar diferenças enormes entre si. O português pertence, por exemplo, ao tronco linguístico indo-europeu, o mesmo que o hindi (falado na Índia) e o curdo (falado no Iraque, na Síria e Turquia).

Além desses dois troncos, há várias famílias linguísticas (não pertencentes a nenhum tronco específico), como a aruak, a karib, a pano e a tukano, e também línguas isoladas (que não têm nenhuma língua similar hoje no mundo), como um dos mais populares idiomas indígenas brasileiros: o tikuna.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 222/ 2014

Brasília, 11 de dezembro de 2014.

“A forma [do continente sul-americano] favoreceu a entrada de diversas migrações vindas do norte, mas praticamente bloqueou-lhes a saída. Isso fez, dessa parte da América, uma espécie de laboratório linguístico, do qual ainda há muito por conhecer”, afirma D'Angelis.

Em meio a tanta variedade, o linguista destaca algumas singularidades encontradas em idiomas indígenas, como uma língua de sinais (usada pelos Urubu Kaapor), a comunicação por assovios na língua pirahã e línguas tonais (que usam o tom para dar diferentes significados à mesma palavra), como o tikuna e o suruí.

D'Angelis também destaca que alguns fatos linguísticos foram observados pela primeira vez em idiomas indígenas da América do Sul: como a existência de duas formas para 1ª pessoa do plural (uma que inclui o interlocutor, e outra que o exclui) em muitas línguas tupi-guarani.

“Vale dizer que muitos estudos de línguas indígenas brasileiras e pesquisadores brasileiros são referência em discussões teóricas da linguística, embora poucos trabalhem no desenvolvimento de teorias linguísticas a partir de fatos novos e desafios trazidos pelo conhecimento de línguas indígenas”, afirma. (Agência Brasil)